

# O Estado nigeriano, o genocídio Igbo e o Africom

HERBERT EKWE-EKWE

## Resumo

Os Estados na África demonstram incapacidade de cumprir seu papel básico de segurança da população. Cerca de 15 milhões de pessoas foram mortas em Biafra, Ruanda, Darfur, sudeste do Sudão, Costa do Marfim, nos Congos e em outros pontos do continente entre 1966 e 2012. As exigências do Africom exploram este *ethos* do Estado africano na contemporaneidade. O grande desafio, para a África, é formar Estados democráticos e amplamente descentralizados.

**Palavras-chave:** Nigéria; Genocídio Igbo; Estado Africano; África pós-conquista Europeia.



## The Nigerian State, Igbo genocide and the Africom

### Abstract

African states demonstrate incapacity to accomplish their fundamental role of guaranteeing their population's security. Around 15 million people were killed in Biafra, Rwanda, Darfur, the southeast of Sudan, the Ivory Coast, the Congos and in other parts of the continent between 1966 and 2012. At present, Africom exigencies exploit this *ethos* of the African State. The great challenge for Africa is to form democratic and widely decentralized States.

**Keywords:** Nigeria; Igbo Genocide; African State; Post-European conquest Africa.

---

### HERBERT EKWE-EKWE

Pesquisador independente na área de relações internacionais, especialista em genocídios, conflitos e guerras na África pós-colonial.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A maior parte dos Estados africanos demonstra evidente incapacidade de cumprir seu papel fundamental na garantia de segurança, bem-estar e de capacidades transformativas para as necessidades e aspirações desenvolvimentistas da sociedade. O início emblemático do que denomino “era de pestilência”<sup>2</sup> da África contemporânea foi a catástrofe que representou o assassinato massivo organizado dos igbos<sup>3</sup> do oeste da África pelo Estado nigeriano e sua miríade de instituições: forças armadas, polícia, academia, imprensa e instituições religiosas e culturais. No período de 29 de maio de 1966 a 12 de janeiro de 1970, 3,1 milhões de pessoas da etnia igbo foram assassinadas (EKWE-EKWE, 2006).

Passados quarenta e dois anos, mais 12 milhões de africanos foram assassinados nos sempre crescentes campos de genocídio do continente: em Ruanda, 1994; no Zaire/República Democrática do Congo, em diversos momentos desde o final da década de 1990; em Darfur, oeste do Sudão, desde 2004; e em Abyei e Nuba, sul do Sudão, em andamento; além de outros assassinatos na Libéria, Etiópia, República do Congo, Somália, Uganda, Serra Leoa, Guiné Equatorial, Guiné-Conacri,<sup>4</sup> Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Chade, Moçambique, Argélia, Líbia, Quênia, República Centro-Africana, Sudão do Sul, Angola, Zimbábue, Burundi e Mali (EKWE-EKWE, 2011).

De fato, desde o genocídio igbo, o Estado da África tornou-se praticamente um Estado genocida. Isto significa a ruína da existência social africana. Ele constitui o foco da crise que ameaça a própria sobrevivência dos africanos; não é o “débito”,

---

1 Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no painel “Comando dos Estados Unidos para a África e a Segurança do Atlântico Sul”, V Enabed, quinta conferência anual da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, Fortaleza, Brasil, 8 de agosto de 2011.

2 Para aprofundamento da ideia de “era da pestilência” ver Ekwe-Ekwe (2011), especialmente p. 113-121.

3 Nota do Tradutor: Igbo é um grupo étnico que habita o sudeste da Nigéria. Por conta de ciclos migratórios, há concentrações também em regiões de Camarões, da Guiné Equatorial, e mesmo fora do continente africano.

4 Nota do Tradutor: O nome oficial da Guiné-Conacri é República da Guiné. Ela é chamada assim para distinguir-se da sua vizinha, Guiné-Bissau.

a “pobreza”, a aids e outras doenças, nem a miríade de índices socioeconômicos a respeito dos quais tanto se comenta. Este Estado, que o regime do conquistador europeu (Grã-Bretanha, França, Portugal, Alemanha, Bélgica, Espanha) criou originalmente em Berlim, nos anos 1880, não pode conduzir os africanos à reconstrução por que eles anseiam profundamente depois da trágica história de séculos de ocupação estrangeira. Tal reconstrução se foi, e nunca é a missão deste Estado, mas um instrumento para o assassinato, a expropriação e o despojo da África através da conquista e suas repercussões.<sup>5</sup>

Como este artigo mostra, as próprias presunções, predileções e exigências que sintetizam o pensamento e os objetivos estratégicos dos planejadores do Comando dos Estados Unidos para a África (Africom), são baseadas precisamente nesta avaliação do *ethos* absolutamente inviável do Estado africano contemporâneo e o sentimento palpável, generalizado, de alienação em face dele expresso pela maioria das nações ou povos constituintes da África. Em outras palavras, o Africom deseja explorar essencialmente essa mal resolvida crise estrutural do cenário político africano, criada pela história e pelas consequências devastadoras da colonização.

Tragicamente, este é o mesmo cenário onde uma série de potências estrangeiras e instituições ou organizações internacionais/transnacionais têm frequentemente interferido, com impunidade, no desenvolvimento e em negócios socioeconômicos e políticos africanos nos últimos 56 anos, a despeito desta era de suposta restauração da independência e da soberania africanas, começando com o Sudão, em 1º de janeiro de 1956. O deliberado e implacável bombardeio aéreo e naval da OTAN na Líbia, em 2011, liderado pela França e pelos Estados Unidos; e a violenta deposição do Presidente da Costa do Marfim, liderada pela França, também em 2011, durante o qual um número estimado de 2.300 africanos foi brutalmente assassinado, evidenciam esta impressionante impunidade.

---

5 Ver Ekwe-Ekwe (2011), particularmente os capítulos 6, 11 e 31.

Os *próprios* africanos devem, portanto, resolver as polêmicas questões suscitadas pelo Estado genocida vigente, o qual alimenta a existência conflituosa dos seus povos, antes de atingir a necessária e urgente transformação socioeconômica. Esta é uma questão política interna imperativa, cuja resposta ou solução também é terminantemente doméstica, definitivamente *não* externa, independente do modo como a “racionalização” é interpretada. Assim, o objetivo estratégico de mudança dos *próprios* africanos continua sendo o desmantelamento da arquitetura de alienação e opressão imposta ao progresso e à existência africanos pelo instalado “Estado de Berlim”. Não existe caso mais profundamente urgente para ilustrar esta grave emergência na África do que atentar para o próprio país onde ela começou. Este país atende pelo nome de Nigéria, e é para lá que nos voltamos agora.

## **2 GENOCÍDIO IGBO E SUAS REPERCUSSÕES: A TRAGÉDIA DAS LIÇÕES AFRICANAS NÃO APRENDIDAS**

Em 1966, logo depois que o mundo comemorou o vigésimo primeiro aniversário da liberação de Auschwitz e fez a costumeira declaração solene do “Nunca, nunca mais”, a Nigéria manchou aquele momento de reflexão, comiseração e esperança. Seus oficiais militares, a polícia, os emires hausa-fulani,<sup>6</sup> os clérigos e intelectuais muçulmanos, servidores civis, jornalistas, políticos e outras figuras públicas planejaram e executaram o genocídio igbo – o genocídio fundador da África pós-colonização europeia. Este também é o genocídio africano mais devastador do século XX. Como mencionado, 3,1 milhões de pessoas da etnia igbo, um quarto da população nigeriana à época, foram assassinadas entre 29 de maio de 1966 e 12 de janeiro de 1970.

A maior parte da África e do mundo apenas assistiu, sem criticar ou condenar esta destruição gratuita de vidas humanas, estupro, saques e pilhagens de cidades, vilas, comunidades em Biafra e em outros lugares... A maioria dos igbos foi assassinada em suas casas, escritórios, negócios, escolas, faculdades, hospitais, mercados, igrejas, santuários, fazendas, fábricas/indústrias, empresas,

---

<sup>6</sup> Os hausa-fulani são o maior grupo étnico nigeriano, compondo praticamente 32% da população.

parques infantis, prédios públicos, centros de refugiados, carros, caminhões, em rodoviárias, estações de trem, aeroportos, e em ônibus, trens e aviões, e a pé, ou morreram de fome – a “arma” do regime abertamente propagada para cumprir o abominável objetivo mais rapidamente. No final, o genocídio igbo foi imposto, de maneira devastadora, pelo bloqueio terrestre, aéreo e naval simultâneo praticado pela Nigéria e pelo bombardeio de Igboland, a região de maior densidade populacional africana fora do delta do Nilo.

Anteriormente, em 1945 e 1953, durante a própria vigilância da ocupação britânica, a liderança política hausa-fulani havia conduzido dois massacres premeditados das populações de imigrantes igbos em Jos e Kano, cidades no norte da Nigéria, em resposta ao papel de vanguarda dos igbos na luta pela restauração da independência dos povos na Nigéria ante a colonização britânica. Nestas ocasiões, centenas de igbos foram assassinados e suas propriedades, no valor de dezenas de milhares em libras esterlinas, saqueadas ou destruídas. O regime de ocupação não prendeu nem processou ninguém por estes massacres e destruição, em Kano ou em Jos. Os agressores, que mais tarde confiscaram e pilharam a rica economia nigeriana, parecem ter saído livres de quaisquer formas de sanções da África (e do mundo) pelo que são, inquestionavelmente, crimes contra a humanidade.

Tragicamente, estes massacres acabaram sendo apenas “ensaios” para o genocídio de 1966-1970. As consequências para a África foram catastróficas. Diversos regimes em outros lugares do continente estão “convencidos” das conclusões a que chegaram através deste crime cometido por seus pares nigerianos: “Nós podemos matar nossos povos como bem quisermos. Não haverá sanções da África e do mundo”. Desse modo, o genocídio igbo abre o caminho para os campos de extermínio que se espalharam através da paisagem africana nos anos seguintes, com os assassinatos de mais 12 milhões de africanos, desde janeiro de 1970, como mostramos.

### 3 YAKI, ISTO NÃO É<sup>7</sup>

Os registros daqueles que praticaram o genocídio igbo não tentam disfarçar, não oferecem pretextos, de qualquer tipo, sobre o objetivo da sua terrível missão – tal era a assustadora indiferença e a raivosa “igbofobia” que impulsionou o projeto. O principal idioma usado no processo do genocídio é o hausa. As palavras do macabro hino do genocídio, publicado e transmitido nas rádios e televisões de Kaduna, no período em que ocorreu o crime, são em hausa:

*Mu je mu kashe nyamiri*  
*Mu kashe maza su da yan maza su*  
*Mu chi mata su da yan mata su*  
*Mu kwashe kaya su*

Vamos matar os malditos igbos  
 Matar seus homens e meninos  
 Estuprar suas esposas e filhas  
 Tomar as propriedades deles

O vocábulo hausa que significa guerra é *yaki*. Enquanto os falantes de hausa usariam esta palavra para se referir ao envolvimento/serviços de combate dos seus avós, pais, tios, filhos, irmãos e outros parentes/amigos em “Boma” (referência às campanhas militares da Segunda Guerra Mundial em Burma – atual Myanmar – e outros países do sudeste da Ásia, lutando ao lado dos britânicos contra os japoneses), ou mesmo nas operações militares de “manutenção da paz” realizadas na África Ocidental, Oriental e Central pós-1960, eles raramente a usam para descrever os assassinatos em massa do povo igbo entre maio de 1966 e janeiro de 1970. No idioma hausa, ou este último é referido como *lokochi mu kashe nyamiri* (“quando nós matamos os malditos igbos”) ou como *lokochi muna kashe nyamiri* (“quando nós estávamos matando os malditos igbos”). Enfaticamente, este *lokochi* (quando, tempo) mistura os períodos temporais que resumem as duas fases do genocídio (maio a outubro de 1966 e julho de 1967 a janeiro

---

7 Nota do Tradutor: Logo adiante, o autor esclarece que *yaki* significa “guerra” no dialeto hausa.

de 1970), um lembrete, se é que se precisa de um, para aqueles que estranhamente, se não maliciosamente, desejam romper esta ligação orgânica.

Em outros lugares, a documentação sobre este genocídio é igualmente malévola e descaradamente vulgar. Um estudo de entrevistas, comentários, transmissões e escritos da campanha produzidos por comandantes genocidas, comandantes e “teóricos” do período do genocídio e pós-genocídio é ao mesmo tempo revelador e profundamente perturbador.

Benjamin Adekunle, um comandante notavelmente repugnante, não hesitou em se gabar do objetivo da sua terrível missão, quando contou, em uma conferência de imprensa em agosto de 1968, presenciada por jornalistas inclusive da mídia internacional: “Atiramos em tudo o que se move, e quando nossas forças marcham em direção ao centro do território igbo, nós atiramos em tudo, mesmo em coisas que não se movem”.<sup>8</sup> De fato, Adekunle levou sua ameaça devidamente adiante com precisão cirúrgica, tanto no ato de alvejar “tudo o que se move”, particularmente na Igboland do sul, onde suas forças massacraram centenas de milhares, quanto na categoria de ataque a “coisas que não se movem”. A destruição gratuita, conduzida por Adekunle, da famosa infraestrutura econômica dos igbos, uma das mais avançadas da África da época, é indescritivelmente bárbara.

Uma breve retrospectiva da contribuição do próprio Olusegun Obasanjo<sup>9</sup> (publicada em suas memórias, apropriadamente intituladas *Meu comando*), que enfoca as ordens diretas dadas por ele à sua força aérea para destruir um avião da Cruz Vermelha Internacional, carregado de suprimentos de socorro para os igbos cercados e bloqueados, é crucialmente apropriada. Obasanjo tinha “desafiado”, para usar suas palavras, Gbadomosi King – piloto genocida da força aérea, a quem ele conhecia desde 1966 – a “produzir resultados”, impedindo que novos voos com entregas de

---

8 *The Economist*, London, 24 de agosto de 1968.

9 Nota do Tradutor: Olusegun Obasanjo foi presidente da Nigéria em duas ocasiões. Primeiro, como governante militar (1976-1979); depois, como presidente eleito (1999-2007).

ajuda internacional chegassem aos igbos.<sup>10</sup> Uma semana depois do abominável desafio, em 5 de junho de 1969, Obasanjo recorda com nostalgia: Gbadomosi King “cumpriu sua promessa”.

Gbadomosi King tinha abatido, perto de Eket, no sul de Biafra, um avião DC-7, claramente identificado como pertencente ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), carregado de suprimentos, levando à morte dos seus três tripulantes. A satisfação de Obasanjo com o resultado deste horrendo crime é assustadoramente revoltante. Ele escreve:

O efeito [desta] realização singular da Força Aérea, especialmente da 3ª divisão de comando de fuzileiros navais [a notória unidade a qual Obasanjo, que depois se tornou presidente da Nigéria por onze anos, comandou], foi profundo. Isto levantou a moral de todo o pessoal em serviço, especialmente os do destacamento da Força Aérea envolvido e o das tropas que eles apoiavam em [minha] 3ª divisão de comando de fuzileiros navais.<sup>11</sup>

Contudo, apesar do barulho, este selvagem comandante é alguém a quem falta coragem para encarar um mundo completamente ultrajado por seu terrível crime. Ao invés disto, Obasanjo, a quintessência do Caliban,<sup>12</sup> se encolhe em estupor e se reporta a seu Próspero, o primeiro-ministro britânico Harold Wilson (como o próprio Obasanjo despidoradamente reconhece em seu *Meu comando*),<sup>13</sup> para “administrar” o enfurecido protesto internacional causado pela destruição do avião do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. De modo elucidativo, este é o mesmo Olusegun Obasanjo a quem o *Financial Times* de Londres recentemente declarou o “padrinho da Nigéria moderna”<sup>14</sup> sem, é claro, ironia intencional. Se o *Financial Times* estiver correto, então o conceito de paternidade de Olusegun Obasanjo deve ser um dos mais problemáticos para se lidar e aqueles que se intitulam nigerianos têm de

10 Obasanjo (1980, p. 78).

11 Ibid., p. 79.

12 Nota do Tradutor: Ao se referir a Caliban e, logo adiante, a Próspero, o autor faz referência a dois personagens da peça *A Tempestade*, de William Shakespeare.

13 Ibid., p. 165.

14 *The Financial Times*, London, 14 de abril de 2012.

viver com uma das mais assustadoras heranças. Já que o *Financial Times* está tão enamorado de Olusegun Obasanjo, passa a ser uma incumbência desta publicação talvez elevar seu cliente a um tipo de “*status global*”, ao nomear outros dois países de cada uma das seguintes regiões do mundo, onde Olusegun Obasanjo também deveria ser considerado “padrinho”: África, Ásia, Australásia, América Central/Caribe, Europa, América do Norte, América do Sul...

#### **4 QUE “ASSUNTO INTERNO”? “ASSUNTO INTERNO” DE QUEM?**

Enquanto durou, houve extensa cobertura do genocídio igbo na mídia internacional. Para a maioria dos países africanos, além da Organização pela Unidade Africana, o corpo supranacional do continente, fez-se silêncio em sua condenação do genocídio igbo. Ao contrário, nos sucessivos comunicados de conferências liberados no decorrer dos 44 meses de duração do massacre, boa parte da África considerou o genocídio um “assunto interno nigeriano” (EKWE-EKWE, 1990, p. 51-58). Foi precisamente porque os perpetradores do genocídio igbo pareciam não ter sido responsabilizados por seus crimes pelo resto da África (nem pelo resto do mundo, como vamos esclarecer mais adiante), que não foi preciso esperar muito antes que o Estado genocida nigeriano se metamorfoseasse violentamente para além das fronteiras do país.

Líderes em outros pontos do continente dariam início posteriormente a suas próprias versões da liquidação de “opponentes” de nações e nacionalidades subjugadas, entre outros, da maneira mais impiedosa e terrível possível, à *la* Nigéria, visto que não esperavam nenhum tipo de sanção nem dos seus colegas africanos, nem do resto da comunidade internacional. O resultado disso, como já se indicou, foi a expansão dos campos de extermínio de Igboland quase inexoravelmente através de *todas* as regiões geográficas da África.

No tocante às Nações Unidas, estas também nunca condenaram inequivocamente o genocídio igbo. U Thant, seu secretário-geral, afirmou consistentemente que este era um “assunto interno nigeriano”. As Nações Unidas poderiam ter parado o genocídio;

as Nações Unidas deviam ter parado o genocídio ao invés de proteger os interesses do Estado nigeriano, o próprio autor do crime. Na esteira do genocídio judeu dos anos 1930-1940, durante o qual 6 milhões de judeus foram mortos por nazistas alemães, a África foi, em retrospecto, mais cruelmente desafortunada, por ter sido base de testes para a suposta comunidade global decidir combater o genocídio em seguida, particularmente após a declaração histórica de 1948 das Nações Unidas sobre este crime contra a humanidade.<sup>15</sup> Apenas uns poucos não perceberam que a referência de U Thant a “interno” foi surpreendentemente dissimulada porquanto o genocídio, como demonstrado de modo devastador vinte, trinta anos antes na Europa, ocorreria, é claro, em algum território “interno”, onde o agressor exercesse controle sociopolítico temporário ou parcial, limitado ou permanente.<sup>16</sup>

Entre 1966 e 2006, o mundo testemunharia o genocídio conduzido contra os igbos, os tutsi e alguns hutus, e os darfuri em espaços “internos” que atendem pelos nomes de *Nigéria*, *Ruanda* e *Sudão*, respectivamente. Os contornos do território onde o genocídio é perpetrado *não tornam*, portanto, os criminosos menos culpados nem que o crime seja aceitável, como estabelece de maneira inequívoca a declaração crucial de 1948 das Nações Unidas.

O próprio papel central exercido pela Grã-Bretanha no apoio ao genocídio dos igbos reforçou, sem dúvida, o fracasso da ONU em protegê-los durante a catástrofe. A Grã-Bretanha, membro pleno das Nações Unidas (em verdade, um membro fundador da Organização, com assento permanente em seu Conselho de Segurança e que participou na elaboração da declaração antige-nocídio), apoiou militar, política e diplomaticamente o genocídio igbo – desde sua concepção inicial, mantendo laços constantes com as células genocidas dos militares nigerianos Yakubu Gowon,

---

15 Cf. Hugh McCullum, *Biafra was the beginning*, <http://www.africafiles.org/article.asp?ID=5549> (acesso em: 14 jun. 2010).

16 Cf. A Alemanha nazista e seu programa para destruir sua população judaica *dentro* da própria Alemanha; Alemanha nazista e seu programa para destruir as populações judaicas *dentro* daqueles países da Europa sob a ocupação alemã de 1939 a 1945.

Murtala Mohammed e Yakubu Danjuma,<sup>17</sup> em variados estágios entre janeiro e maio de 1966, até os violentos e crescentes ataques aéreos, navais e terrestres contra os centros populacionais igbos sitiados (o inferno onde se “atira[va] em tudo”), especialmente entre março de 1968 e janeiro de 1970.

É impressionante que em *Crimes contra a humanidade: a luta por justiça global* (2006), um informativo estudo, salvo por esta omissão, Geoffrey Robertson, advogado de direitos humanos britânico, conselheiro da rainha, não discuta o genocídio igbo em nenhum momento no texto de 759 páginas, nem mencione o papel fundamental da Grã-Bretanha no empreendimento deste genocídio fundador da África pós-colonização europeia.

A Grã-Bretanha ficou profundamente aborrecida com o papel central exercido pelos igbos para o término da sua ocupação na Nigéria e, desde então, buscava “puni-los” por isto. Um oficial sênior do Ministério das Relações Exteriores britânico foi enfático ao declarar que a postura do seu governo no esforço internacional de assistência ao povo igbo cercado e bombardeado servia também para “mostrar um esforço indiscutível de socorro, enquanto, de fato, matam-se de fome os pequenos intrometidos” (MORRIS, 1977, p. 122).<sup>18</sup>

Realmente, enquanto piorava cada vez mais o massacre dos igbos, o primeiro-ministro Wilson se mostrou descaradamente inabalável ao informar Clyde Ferguson (coordenador especial do Departamento de Estado dos EUA para socorro à Biafra) de que ele, Harold Wilson, “aceitaria a morte de meio milhão de biafrenses se esse fosse o preço” (MORRIS, 1977, p. 122) que a Nigéria teria de pagar para destruir a resistência igbo. Esta declaração de Wilson sobre o genocídio em discussão é, na verdade, mais repugnante do que aquelas feitas pelos mais ferozes comandantes e

---

17 Nota do Tradutor: O general Yakubu Gowon foi líder militar do governo nigeriano entre 1966 e 1975; o general Murtala [Ramat] Mohammed exerceu este mesmo cargo entre 8 de novembro de 1975 e 13 de fevereiro de 1976, quando foi assassinado; e o general Yakubu Danjuma foi chefe do Estado-Maior do Exército de 1975 a 1979, e atuou como ministro da Defesa nigeriano de 1999 a 2003.

18 Ver também Michael Leapman, *While the Biafrans starved, the FO moaned with hacks*, *The Independent on Sunday*, London, 3 January 1999.

propagandistas do genocídio nigeriano em atuação *direta* durante o massacre. Tal é a manifestação de um suposto líder político mundial da década de 1960 sobre a redução da vida africana, há apenas vinte anos do genocídio judeu. Como demonstra o registro final do extermínio igbo, Harold Wilson provavelmente sentiu uma perversa satisfação pelo fato dos seus aliados nigerianos irem muito além do seu cruel alvo... De maneira previsível, foi a Wilson que os nigerianos recorreram, em 1969, para lidar com o repúdio internacional causado pela destruição do avião da Cruz Vermelha internacional, como afirmamos anteriormente. Infelizmente, Harold Wilson tinha ao que parece dado o tom e estabelecido o referencial de “dispensabilidade” mediante o qual as vidas africanas seriam “avaliadas” na própria África, particularmente pelos criminosos genocidas do continente bem como do exterior.

## 5 **OZOEMENA (NUNCA MAIS!)**

Contudo, esta maléfica lógica não se aplica ao mundo europeu. Muito pelo contrário, para o mundo europeu, depois do extermínio de judeus nas décadas de 1930 e 1940, a decisão resoluto que se estabeleceu para o progresso e o futuro da sociedade é, como deveria ser, *ozoemena* – “nunca mais”. Nunca mais, afirmaram os líderes europeus, os povos de descendência europeia em tempo algum ou lugar do mundo seriam assassinados de maneira tão perversa e cruel por qualquer razão.

Em 1992, publiquei um comentário satírico intitulado *A Bósnia-Herzegovina é na África?*, no qual ponderava acerca da forte intervenção conduzida por líderes atuais do mundo ocidental (George W. Bush, John Major, François Mitterrand, Helmut Kohl) para barrar o extermínio multifacetado que se iniciava na antiga Iugoslávia. Durante dias, fiquei perplexo com a louvável intervenção que visava salvaguardar um direito fundamental dos seres humanos: o direito à vida. A ironia da pergunta não passou obviamente despercebida para ninguém.

Desde maio de 1966, algumas lideranças políticas do mesmo mundo europeu têm, em cumplicidade com seus clientes africanos no continente, conduzido ou incentivado campanhas de genocídio contra povos africanos. De modo pertinente, o genocídio nos

Balcãs, que suscitou a última intervenção, foi muito similar ao que os igbos e alguns outros povos africanos foram sujeitados no curso dos trinta anos anteriores. Não pude deixar de imaginar que efeito uma intervenção similar teria tido em Biafra, nos Congos, na Libéria, e em outros lugares da África... Se os povos da Bósnia-Herzegovina fossem mesmo africanos, eu imaginei, teria ocorrido esta poderosa intervenção a fim de evitar o genocídio? Poderia Harold Wilson ter conduzido uma campanha contra um povo europeu, por exemplo, entre 29 de maio de 1966 e 12 de janeiro de 1970, similar à sua campanha contra os igbos? Se não, por que não?

No espírito do *ozoemena*, os europeus barraram, com sucesso, o lento genocídio dos Balcãs. De novo, no espírito do *ozoemena*, os europeus trabalharam sem cessar para separar os Estados ir-reparavelmente fraturados da região (Iugoslávia, União Soviética, Tchecoslováquia), pois sabiam que não poderiam garantir os direitos e as aspirações das nações e povos originais, uma receita para a perpetração do genocídio. Desde então, no espírito do *ozoemena*, 22 novos Estados soberanos, incluindo Kosovo, com uma população de 1,8 milhão de pessoas, emergiram na Europa. Este é um número que corresponde a quatro Estados menos do que a metade do total dos chamados Estados soberanos da África, a despeito da população e território consideravelmente maiores deste continente.

Neste ponto, não é uma ironia que na mesma semana, em fevereiro de 2008, enquanto o presidente dos EUA George W. Bush reconhecia alegremente o direito de Kosovo de exercer seus direitos soberanos para se declarar independente da Sérvia, a secretária de Estado Condoleezza Rice estivesse ocupada pressionando africanos do Quênia a renunciar a seus próprios direitos soberanos, evidenciados, neste caso, pela eleição de um governo da sua escolha, em dezembro de 2007.

Desta forma, no concernente ao mundo europeu, com base no espírito do *ozoemena*, uma nação ou povo europeu é considerado *superior* ao Estado. Um povo não tem nem mesmo que se sentir "ameaçado" no Estado onde se encontra em perder este *status*, como os escoceses na Grã-Bretanha demonstram atualmente.<sup>19</sup>

---

19 Herbert Ekwe-Ekwe, *Rights for Scots, Rights for the Igbo*, <http://re-thinkingafrica.blogspot.co.uk/2012/01/rights-for-scots-rights-for-igbo.html>, 17 de janeiro de 2012 (acesso em: 5 jun. 2012).

Esta posição é, de fato, correta para todos os povos e nações, não apenas para europeus. Nações e povos africanos também são superiores ao Estado. A nação, o povo, é permanente; o Estado é passageiro.

## 6 POVO *VERSUS* ESTADO

Indiscutivelmente o Estado é inferior a seus povos, independente de raça, continente, região, religião/sistema de crenças. Assim, e de maneira graciosa, diga-se de passagem, o primeiro-ministro britânico John Major, nos idos de 1992, não pronunciou nenhuma aberração durante o período, à moda do seu predecessor, 25 anos antes, de que estaria disposto a “aceitar” a morte de “meio milhão” de sérvios, albaneses ou croatas a fim de manter a Iugoslávia “intacta”; Major também não se envolveu em nenhum absurdo sobre a “inviolabilidade” ou “indivisibilidade” do Estado iugoslavo, uma montagem artificial preparada em 1918, ao mesmo tempo, em que os igualmente incipientes Estados da Tchecoslováquia e União Soviética.

De maneira explícita, estes dois lugares comuns frequentemente repetidos, e agora citados, eram os preferidos de Harold Wilson na Nigéria dos anos 1960, bem como dos genocidas nigerianos, cujo Estado, alinhado pela Grã-Bretanha em 1914, também compartilhava o mesmo parentesco *não orgânico* dos exemplos da Europa Central e do Leste. Agora é evidente que este genocídio, que inaugurou a África pós-colonização europeia e foi o pior da África do século XX, provavelmente não teria acontecido sem o envolvimento britânico ativo.

Como resultado, a Grã-Bretanha tem desempenhado um *papel-chave* na emergência da “era de pestilência” em curso que assola a África. Desde a deflagração do extermínio dos igbos, em maio de 1966, a contínua apresentação *da política britânica para a África*, tanto na academia como na mídia, especialmente no mundo ocidental, como atuação benigna de um Estado estrangeiro oferecendo programas de “ajuda/desenvolvimento” é, na melhor das hipóteses, evasiva, mas, na pior delas, surpreendentemente negacionista e, como tal, fraudulenta. É de fato inconcebível que um governo britânico contemporâneo continuasse a postergar ainda

mais o dever histórico de se desculpar publicamente perante os igbos, um dos povos mais trabalhadores e pacíficos do mundo, pelo papel central exercido pela Grã-Bretanha na execução *deste genocídio e pagar reparações aos sobreviventes*.

Portanto, sem esta atuação arraigada da Grã-Bretanha, talvez *não* teria ocorrido um extermínio igbo. Obviamente, a Nigéria não tinha a capacidade de produzir armas naquela época de modo a se envolver naquele terror sem o auxílio estrangeiro. Após 46 anos, a Nigéria ainda não tem tal capacidade militar interna e ainda conta fortemente com a Grã-Bretanha, hoje, o maior exportador mundial de armas para a África,<sup>20</sup> para suprir suas forças armadas.

Uma atitude imediata que a Grã-Bretanha, o Ocidente e o restante do mundo, incluindo o Brasil, podem fazer para apoiar os atuais esforços dos povos da Nigéria e de outros lugares da África para se livrar do Estado genocida é banir todas as vendas de armas para a Nigéria e demais países da África.<sup>21</sup> Este banimento deve ser total e abrangente. A Nigéria e outros Estados-genocidas africanos precisam do apoio político e diplomático do exterior tanto quanto dependem do letal fornecimento de armas que sempre jorra da Grã-Bretanha e de outros lugares em seus arsenais, sendo usado para aterrorizar os povos em seus territórios. Isto é parte das lições duradouras e essenciais do genocídio igbo. O legado tem sido, com efeito, catastrófico e alimenta as diretrizes estratégicas globais do Africom, as quais este, por seu turno, explora.

Um banimento total e abrangente das armas na África trará um avanço radical na atual luta caótica dos povos do continente para construir novas formas de Estado largamente descentralizadas e democráticas que garantam e salvaguardem os direitos humanos, a igualdade e a liberdade para indivíduos e povos – alternativas ao Estado-genocida vigente. Os africanos sabem muito bem que há alternativas ao Estado-genocida e *têm tanto a visão quanto a capacidade para criar estas alternativas*. Para eles, na verdade, a criação

20 Antony Barnett, *UK arms sales to Africa reach £1 billion mark*, <http://www.guardian.co.uk/politics/2005/jun/12/uk.hearfrica05> (acesso em: 13 jun. 2005).

21 Para uma discussão mais abrangente sobre o total banimento da venda e transferência de armas para a África e para declarar o continente uma zona livre de armas, ver Ekwe-Ekwe, *Readings from Reading*, especialmente o capítulo 31.

destas alternativas é imperativa nesta “era de pestilência”. Nada mais!

O direito dos africanos de formar seu próprio Estado, distante do Estado assassino vigente, criado pela Europa, é a base de *A Guerra de Biafra, Nigéria, e suas consequências*, o segundo de dois livros sobre o genocídio igbo publicados em 1990. Na conclusão deste livro, aponto o seguinte:<sup>22</sup>

Seja na paz ou na guerra, a existência de um Estado pós-colonização europeia é nociva aos interesses dos povos africanos. Este é um Estado que não pode garantir as necessidades fundamentais dos africanos [...] A humanidade africana está atualmente envolvida em uma grave crise de sobrevivência. É chegado o tempo de se abandonar o Estado pós-colonial imposto, a fim de que sobrevivam [...] nações africanas, [especialmente] igbo, wolof, iorubá, asante, baganda, bakongo, bambara, etc., etc. [que] permaneçam [como] bases para a renovação do desenvolvimento africano [...] [e] locus da criatividade cultural e intelectual do continente [...] O que está sendo evidenciado aqui é que os próprios povos africanos devem decidir acerca da [...] questão da soberania [...] mesmo se o resultado levasse ao surgimento de mil Estados [...] Para a sobrevivência futura da humanidade africana, que não se permita a morte de mais nenhum africano pela defesa ou para assegurar a fronteira territorial de nenhum Estado pós-colonial. Não se deve perder nenhuma preciosa vida pela preservação de tal Estado.

Estas palavras, 22 anos depois, ainda são centrais para manter o foco das nossas mentes na própria sobrevivência do povo igbo e de todos os outros povos africanos. Os igbos e todos os outros que viveram durante o terror do Estado pós-colonização europeia devem abandoná-lo de uma vez, de modo a sobreviver e avançar rumo à construção de graus mais elevados de civilização. Eles não têm outra escolha. Cada um e todos os membros do povo ou da nação africana podem construir esta civilização fora do atual Estado-genocida de união degenerativa e sedutora.

Permitam que os povos africanos desencadeiem uma deslumbrante corrida de criatividade e progresso, um contínuo bombardeio e compartilhamento mútuo de ideias e rios de possibilidades, equivalente ao que o mundo viu ocorrer na Ásia, na América

---

22 Herbert Ekwe-Ekwe, *The Biafra War, Nigeria and the Aftermath*, Lewiston/Queenston/Lampeter: Mellen, 1990, p. 124-125.

do Sul e em outros lugares nos últimos quarenta anos – não assassínatos em massa... assassínatos em massa... assassínatos em massa... pilhagem... pilhagem... pilhagem... niilismo... niilismo... niilismo... Com certeza, agora é o momento para embarcar neste novo começo.

Tradução: Camila Alves da Costa

## REFERÊNCIAS

BARNETT, A. **UK arms sales to Africa reach £1 billion mark.** Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/politics/2005/jun/12/uk.hearafrica05>>. Acesso em: 13 jun. 2005.

EKWE-EKWE, H. **Rights for scots, rights for the igbo.** 17 jan. 2012. Disponível em: <<http://re-thinkingafrica.blogspot.co.uk/2012/01/rights-for-scots-rights-for-igbo.html>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **France must now leave Côte d'Ivoire.** 5 maio 2011a. Disponível em: <[http://re-thinkingafrica.blogspot.com/2011/05/france-must-now-leave-cote-divoire\\_5571.html](http://re-thinkingafrica.blogspot.com/2011/05/france-must-now-leave-cote-divoire_5571.html)>. Acesso em: 24 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Readings from reading:** essays on African politics, genocide, literature. Dakar, Reading: African Renaissance, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Biafra revisited.** Dakar, Reading: African Renaissance, 2006.

\_\_\_\_\_. Is Bosnia Herzegovina in Africa? Reflections on the regionalism of wars and conflicts since World War II. **African Peoples Review**, v. 1, n. 1, Jun. 1992.

\_\_\_\_\_. **Conflict and intervention in Africa.** London, Basingstoke: [s.n.], 1990a.

\_\_\_\_\_. **The Biafra war, Nigeria and the Aftermath.** Lewiston, Queenston, Lampeter: Mellen, 1990b.

LEAPMAN, M. **While the Biafrans starved, the FO moaned with hacks.** London: The Independent on Sunday, 3 Jan. 1999.

McCULLUM, H. **Biafra was the beginning.** Disponível em: <<http://www.africafiles.org/article.asp?ID=5549>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

MORRIS, R. **Uncertain greatness**: Henry Kissinger & American foreign policy. London, New York: Quartet Books, 1977.

OBASANJO, O. **My command. Ibadan**, London: Heinemann, 1980.

ROBERTSON, G. **Crimes against humanity**: the struggle for global justice. London: Penguin Books, 2006.